

CIENTISTAS BRASILEIROS CONHECEM E ESTUDAM, PELA PRIMEIRA VEZ, O BRASIL ATRAVÉS DA COMISSÃO RONDON

Elizabeth Madureira Siqueira



O Chefe da Comissão – Major Rondon (1) acompanhado de seus ajudantes Capitão Senna Braga (3) Tenente João S. Lyra (7) em visita ao acampamento do chefe da 1ª. Seção de Construção, Capitão Fleury de Barros (2) e seus auxiliares Tenente Frederico de Siqueira (4) Tenente Medico Dr. Armando Calasans, (5) Tenente Emmanuel Amarante (8) e Tenente José Paulo de Oliveira, (6).

CIENTISTAS BRASILEIROS CONHECEM E ESTUDAM, PELA PRIMEIRA VEZ, O BRASIL ATRAVÉS DA COMISSÃO RONDON

BRAZILIAN SCIENTISTS STUDY AND KNOW,
FOR THE FIRST TIME, THE BRAZIL THROUGH
THE COMMISSION RONDON

Elizabeth Madureira Siqueira

Doutora em Educação, Mestre em História. Membro efetivo do IHGMT e da AML.

Curadora da Casa Barão de Melgaço. bethmsiqueira@gmail.com

RESUMO: O presente artigo, que objetivou evidenciar os diferentes olhares e construções sobre a identidade brasileira, teve como centralidade os cientistas brasileiros que integraram a Comissão Rondon. Até o final do século XIX, muitos deles efetivaram estudos sobre o Brasil, a exemplo dos que se vincularam às Comissões demarcadoras da fronteira oeste e sul, os quais descreveram e analisaram essas porções do Brasil, porém, seus resultados foram enviados para a Península Ibérica, onde permaneceram por quase dois séculos. Com a vinda da Família Real para o Brasil, inúmeras expedições científicas, russas, alemãs e francesas, deixaram descritas suas impressões sobre o Brasil, especialmente na faixa litorânea. Somente a partir de 1890 é que cientistas brasileiros passaram a estudar o Brasil, deixando os resultados de suas investigações em solo brasileiro. Com a proclamação da República, a Comissão Rondon integrou em seus quadros uma plêiade de estudiosos que prestaram serviços junto aos trabalhos das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, nas atividades do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais e, finalmente, ao lado de Cândido Mariano da Silva Rondon na Expedição Roosevelt-Rondon. Os resultados dos estudos e pesquisas dos cientistas brasileiros foram publicados pela Comissão Rondon e que versaram sobre diversas áreas de conheci-

mento científico. Essa foi a primeira vez que o Brasil foi analisado e descrito por brasileiros, graças aos trabalhos da Comissão Rondon.

Palavras-chave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Comissão Rondon. Cientistas.

RESUMEN: Este artículo, qui tiene como objetivo mostrar los diferentes aspectos y edificios de la identidad brasileña, tuvo como temática central os estudios de los científicos brasileños que se unieron a la Comisión Rondon. A finales del siglo XIX, muchos de ellos se llevaron a cabo estudios sobre Brasil, el ejemplo de que está vinculado a la delimitación de las Comisiones de la frontera oeste y el sur, que describe y analiza estas partes de Brasil, sin embargo, los resultados fueron enviados a la Península Ibérica donde permanecieron durante casi dos siglos. Con la llegada de la familia real a Brasil, numerosas expediciones científicas, ruso, alemán y francés, a describieran sus impresiones de Brasil, especialmente en la franja costera. Sólo a partir de 1890 es que los científicos brasileños han estado estudiando Brasil, dejando los resultados de sus investigaciones sobre suelo brasileño. Con la proclamación de la República, la Comisión Rondon ha incluido en su personal una serie de especialistas que prestan servicios a la labor de las líneas de telégrafo y estratégicos de Mato Grosso a la Amazonía, las actividades del Servicio Nacional para la Protección de los Indios y los Trabajadores Nacionales y, finalmente, junto a Cândido Mariano da Silva Rondon en la expedição Roosevelt-Rondon. Los resultados del estudio y la investigación de los científicos brasileños fueron publicados por la Comisión Rondon y tratados en diversas áreas del conocimiento científico. Esta fue la primera vez que Brasil fue analizado y descrito por los brasileños, a través del trabajo de la Comisión Rondon.

Palabras clave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Comisión Rondon. Los científicos.

O Brasil, nos períodos colonial e também imperial, foi visitado por cientistas e viajantes, em sua maior parte estrangeiros de diversas nacionalidades. Mesmo tendo tido uma experiência científica nos séculos XVII, XVIII e XIX, com as invasões holandesas e a implementação de um projeto de levantamento das potencialidades da colônia, com relação à fauna, flora e recursos naturais, como foi o caso do projeto organizado e parcialmente implementado pelo príncipe Maurício de Nassau, a equipe desses cientistas realizou um trabalho de qualidade. Nos dois últimos séculos citados, expedições científicas foram montadas para demarcação de fronteira, especialmente no oeste e sul da Colônia, porém, o resultado de suas explorações somente foram recuperadas no século XX, visto que depositadas nos arquivos ibéricos.

No século XIX, especialmente após a vinda da Família Real, em 1808, diversas expedições científicas e artísticas foram convocadas para proceder ao reconhecimento do Brasil imperial. No entanto, grande parte delas teve como foco a porção litorânea, com especial enfoque na capital do Império, o Rio de Janeiro, sendo que poucas adentraram para o sertão, rumo ao interior. Nessa medida, foram expedições pontuais e de curta duração, cujos acervos foram enviados para a Europa.

Com o portentoso projeto formulado por Cândido Mariano da Silva Rondon, os cientistas brasileiros, pela primeira vez, implementaram estudos e pesquisas mais profundos, articulados, interrelacionados e de longa duração e extensão. Esse corpo científico, em sua maioria, foi composto por militares, grande parte deles formada pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, assim como diplomados em Faculdades do Império, e que, por ocasião dos trabalhos da Comissão Rondon, foram convidados a dela participar. Eram engenheiros, geólogos, botânicos, zoólogos, naturalistas, etnógrafos e também médicos, sanitaristas que ofereceram seus serviços e se integraram à Comissão Rondon.

Os resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos pela Comissão Rondon foram publicados entre a primeira década do século XX, até, aproximadamente, 1950, perfazendo cerca de 120 trabalhos, ao todo, cuja maioria se encontra hoje em domínio público e, nessa medida, constitui um acervo raro e precioso que se encontra espalhado por bibliotecas públicas e privadas do Brasil.

Mato Grosso, estado natal de Cândido Mariano da Silva Rondon, homenageia essa personalidade, pelo seu sesquicentenário, com a reprodução virtual de grande parte da produção científica da Comissão Rondon, visando a democratização dos resultados científicos

produzidos pelo ciclópico projeto coordenado por ele. Para isso, foi feito um intenso levantamento das publicações da chamada Comissão Rondon, que incluem os relatórios, conferências e homenagens publicadas pela Comissão das Linhas Telegráficas, pelo Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, mas também o acervo publicado por ocasião da visita do ex-Presidente Theodore Roosevelt ao Brasil. Em cada uma dessas chamadas foram incluídos, por área de conhecimento, seus respectivos relatórios, conferências e homenagens: águas termais, botânica, zoologia, mineralogia e geologia, recursos hídricos, sanitarismo e medicina, etnografia e linguística. Nosso esforço foi o de reunir grande parte dessa produção, hoje espalhada pelas Instituições públicas e privadas de Mato Grosso, como a Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça, a Biblioteca do Arquivo da Casa Barão de Melgaço, a Biblioteca Central da UFMT e no Arquivo Público de Mato Grosso. Após conseguir um número substantivo dessas publicações, cerca de mais de sete dezenas, foi o mesmo complementado pelos arquivos privados dos historiadores Paulo Pitaluga Costa e Silva e de Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa, que emprestaram suas raras publicações para serem digitalizadas. Ao todo, o projeto conseguiu reunir 86 publicações, hoje disponibilizadas em DVD e que integra a obra *O Brasil pelos Brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon*, de autoria de Fernanda Quixabeira Machado, Luciwaldo Pires de Ávila e Elizabeth Madureira Siqueira. No interior do livro são apresentados dados biográficos dos cientistas que atuaram junto à Comissão Rondon, sua trajetória profissional e produção científica, além de abordagem analítica sobre as incursões implementadas no Brasil e em Mato Grosso, antes da atuação rondoniana.

CONHECENDO OS CIENTISTAS DA COMISSÃO RONDON

O sucesso dos resultados científicos da Comissão Rondon se deveu a dois fatores principais: ao seu mentor, Cândido Mariano da Silva Rondon, que pensou o projeto e acompanhou de perto sua implementação, mas também aos cientistas por ele convidados, aos quais coube desenvolver pesquisas e publicar seus resultados pelos Ministérios que apoiavam o projeto. Nesse rol, podem ser incluídos estudiosos ligados a diversas áreas de conhecimento.

ETNÓGRAFOS E ETNÓLOGOS
DA COMISSÃO RONDON

João Barbosa de Faria nasceu em Cuiabá aos 20 de fevereiro de 1878, descendendo de Carlos Barbosa de Faria e Antônia Teresa de Faria. Seus primeiros estudos foram cursados na escola do mestre Felipe Liberato de Oliveira. Posteriormente, ingressou no Arsenal de Guerra, onde foi aprendiz de tipógrafo e operário da mesma instituição.

Por concurso, atuou como oficial dos Correios. Em seguida, transferiu-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade de Medicina, porém não chegou a concluir o curso, diplomando-se em Farmácia.

De regresso à terra natal, dedicou-se ao magistério, lecionando no Liceu Cuiabano, tendo sido convidado para integrar a equipe responsável pelos trabalhos científicos das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ao lado de Cândido Mariano da Silva Rondon, de quem foi secretário e homem de confiança. Nesse trabalho pôde escrever diversas obras, como *Limites orientais de Mato Grosso*, *Esboço da História de Mato Grosso* e *Poetas e escritores mato-grossenses*, esta última publicada pela Federação das Academias de Letras do Brasil, consubstanciando-se no volume III das Conferências.

Junto à Comissão Rondon, foi responsável pelas seguintes obras: *A cerâmica da tribo Uaboi dos rios Trombetas e Jamundá: contribuição para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo Amazonas*, publicada em 1946; *Glossário das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia*, em parceria com Cândido Mariano da Silva Rondon, vindo a lume no ano de 1948; *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)*, também em parceria com o General Cândido Mariano da Silva Rondon, publicada em 1948.

Barbosa de Faria integrou, como sócio fundador, o Instituto Histórico de Mato Grosso, criado e instalado em 1919, tendo sido o primeiro secretário da instituição.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 1941.

Luiz Bueno Horta Barbosa descendeu de Júlio Augusto Horta Barbosa, casou-se com Maria de Barros, com quem teve 7 filhos. Fez questão de conviver de perto com os indígenas de São Paulo, onde foi diretor do SPI regional. Para tanto, considerou necessário conhecer suas formas de organização, tanto materialmente quanto imaterialmente. A partir desse trabalho, foi reforçada a concepção de que os índios eram detentores de cultura, que deveria ser preservada.

Sobre a técnica de construção das casas Kaingang, Luiz Bueno Horta Barbosa, enquanto inspetor do SPI em São Paulo, afirmou:

Os Caingangue constroem suas casas, segundo dois tipos: o primeiro, de uma só água; o segundo, de duas. Sobre varas fincadas no chão com uma inclinação de 45 graus, mais ou menos, e apoiadas no terço inferior sobre uma viga horizontal amarram-se outras, também horizontais, com cipó, destinadas a representarem o papel de ripas, e nelas se fixam folhas de coqueiro; tem-se, assim, uma casa de primeiro tipo, a qual fica completamente desabrigada pela frente e pelos flancos.

O outro tipo constrói-se fechando a frente do anterior, por uma outra cobertura feita segundo o mesmo processo; uma dessas duas cobertas, porém, excede superiormente a outra, a fim de obviar ao inconveniente da construção não possuir cumeeira; os flancos ficam geralmente abertos, mas às vezes coloca-se em um deles uma terceira tapagem. Sob a influência do que observam no nosso acampamento, já começaram eles a modificar as suas construções, adotando esteios e cumeeiras; mas as paredes continuam a ser supridas pelo prolongamento das coberturas até ao solo. Em viagens ou expedições, para caçadas ou outros fins, os Caingangue nunca pernoitam sem antes construírem alguns abrigos rapidamente feitos, segundo o primeiro tipo. (BARBOSA, 1947, p. 59-60).

Na pacificação dos Kaingang, em São Paulo, Luiz Bueno recolheu diversos materiais relativos à mesma etnia. Dentre eles, privilegiou seu universo mítico, ocasião em que recolheu a lenda *Nhara*:

Havia um cacique chamado Nhara. Era um homem muito velho e muito querido em sua tribo, pois era bom e presenteava a todos. Um dia, Nhara reuniu seus parentes Caingangues e os instruiu a formarem uma grande roça. Eles derrubaram árvores e taquaras e, quando estas ficaram secas, eles as queimaram.

Então, Nhara pediu que o enterrassem bem no centro da roçada, pois se sentia muito velho e cansado e queria ir para o mundo da fatura, rever seus parentes mortos, de quem sentia muita falta.

Ouvindo isso, todos começaram a chorar, pois gostavam muito do velho. Então, ele lhes prometeu que, se fizessem como ele dizia, viveriam muito mais felizes.

Convencidos, os Caigangues enterraram seu velho companheiro e entraram na floresta, pois Nhara havia dito que voltassem ao lugar somente depois de quatro luas.

Quando voltaram, no prazo combinado, toda a roça estava coberta por uma planta alta, de folhas largas e espigas verdes.

Foi assim que surgiu o milho, e os Caigangues o chamaram Nhara, em homenagem ao velho cacique. (BARBOSA, 1947, p. 60).

Além desta lenda, Luiz Bueno Horta Barbosa registrou muitas outras, como *O caborro do mato*, *Santa Cruz do Avanhandava*, *Rio feio*, *O Cristo na selva*, *Suçuarana*, *Capivara*, *Bugreiros*, *Selvagem*, e muitas outras.

Deixou escritas as seguintes obras no interior do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais: *Pelo índio e sua proteção oficial*: exposição apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, 1923; *O problema indígena do Brasil*: conferência realizada no Atheneu de Montevidéo, a 1º de abril de 1925, 1947.

José Maria da Gama Malcher nasceu em Belém-PA, em 1872, e faleceu na mesma cidade em 1956, aos 88 anos. Dirigiu o SPI e escreveu, em 1953, a obra que levou o título desse organismo, tendo sido publicada pela mesma instituição, no bojo das publicações da Comissão Rondon: *S. P. I.* Rio de Janeiro: SPI, 1953. Além desse livro, publicou, pela Imprensa Nacional, *Índios, grau de integração na comunidade nacional*, 1964.

MÉDICOS E SANITARISTAS DA COMISSÃO RONDON

A Comissão Rondon, palmilhando território incrustado no sertão, se deparou com inúmeros casos de doenças tropicais, que incidiam especialmente na porção norte de Mato Grosso e na floresta Amazônica, onde grassavam moléstias até então pouco estudadas. Nessa medida, a participação de cientistas médicos e sanitaristas foi muito relevante, na medida em que sua presença e saber colaboraram para manter saudável o grande exército de colaboradores que se integraram na grande empreitada rondoniana.

Orozimbo Corrêa Netto foi um importante médico brasileiro que se dedicou ao estudo das águas termais brasileiras, tendo sido um precursor na área. Sua contribuição nesse campo de conhecimento teve como vertente as contribuições positivas das águas termais para a cura e tratamento alternativo das doenças, especialmente as de cunho reumático.

Rondon convidou o Dr. Orozimbo Corrêa Netto para executar trabalhos de prospecção de fontes mineralógicas em Mato Grosso. O cientista, que já havia publicado diversos trabalhos sobre outras fontes brasileiras de águas termais, aceitou o convite, propondo desenvolver trabalhos sem qualquer remuneração, visto que se predispôs a aceitar apenas o apoio logístico oferecido pela Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Esse evento ocorreu no ano de 1919.

O propósito inicial era examinar as fontes termais que se localizavam próximas a Cuiabá, porém o trabalho se estendeu para o vale do rio São Lourenço, seguido dos estudos sobre as águas quentes do rio das Garças. Para auxiliar o Dr. Orozimbo, foi designado o Dr. Balduino Feio, estudioso do assunto e autor de inúmeras publicações. Ele mantinha um laboratório, no Rio de Janeiro, especializado na análise dos efeitos do *radium* das águas brasileiras, enquanto acelerador do metabolismo.

A respeitabilidade do Dr. Orozimbo Corrêa Netto se deveu aos múltiplos trabalhos publicados e que consubstanciam os resultados de sua pesquisa: *Águas Thermaes Brasileiras*, 1916; *Poços de Caldas e suas empresas balneárias*, 1917; *Águas Thermaes de Caldas Novas*, 1918; *Da necessidade urgente de captação nova das Águas Thermo-sulfurosas de Poços de Caldas, e dos novos estabelecimentos de banhos*, 1918; *Do imposto de estada e da questão do jogo em Poços de Caldas*, 1918; *Poços de Caldas e suas empresas balneárias*, 1918; *Descrição das águas thermaes do Brasil*, 1916; *O tracoma em São Paulo*, 1917; *A prophylaxia do tracoma e o 1º Congresso Médico Paulista*, 1917; *Da extirpação do tarso no tracoma*, 1917. Memória premiada pela Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e *Prognóstico das infecções puerperaes*, 1910.

No interior dos trabalhos da Comissão Rondon, escreveu: *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, 1919 – Parte 1; *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, 1946 – Parte 2

Na Introdução da primeira obra, o Dr. Orozimbo teceu severa crítica aos poucos trabalhos de pesquisa na área das águas termais estimulados pelo governo brasileiro, elencando os inúmeros benefícios de seu aproveitamento, tanto no que diz respeito aos tratamentos de saúde quanto à movimentação turística que as termas estimulariam. Dizia ele na Introdução do Relatório referente às *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, ao descrever seu primeiro trabalho referente às águas termais brasileiras:

Tinha por fim estimular o desenvolvimento da indústria hydro-mineral, thermal e climática do Brasil, concorrendo para o aproveitamento científico e para a sua futura grandeza, embora lutando um meio indiferente e hostil, imbuído do mais lamentável cepticismo acerca do valor therapêutico das águas. (OROZIMBO, 1919, p. 9).

Mais à frente, lamenta a herança que os médicos receberam nas faculdades, onde sequer se ministrara qualquer conteúdo relativo aos recursos minerais e sua importância nos tratamentos médicos:

Nós pertencemos, na grande maioria, a uma geração de médicos que terminaram o curso acadêmico sem ter ouvido sequer dos mestres sobre nossas águas medicinaes e, mais ainda, que recebemos delles a falsa noção da mediocridade ou inferioridade das águas mineraes de nosso paiz. (OROZIMBO, 1919, p. 9).

Criticando os governos republicanos, o Dr. Orozimbo ponderou:

A causa da inferioridade de nossas estações de águas deve ser procurada, pois, na myopia dos nossos governantes, que parecem ignorar que a grande indústria hydro-mineral, termal e climática, sabiamente desenvolvida, constitue um dos importantes factores da fortuna das nações dotadas de ricos mananciais d'água medicinal em localidades de bom clima. (OROZIMBO, 1919, p. 10).

[...] Já se vae felizmente tornando bem clara a necessidade da Phisiotherapia com os seus processos naturaes de tratamento, evitando a irritação medicamentosa, para normalizar as funções orgânicas por meios menos brutaes e fisiológicos. (OROZIMBO, 1919, p. 11).

Nessa medida, a contribuição do Dr. Orozimbo Corrêa Netto para os estudos científicos da Comissão Rondon serviram para dar visibilidade às potencialidade medicinais das termas de Mato Grosso, mas, principalmente, serviu para tecer sérias críticas à política nacional com relação às potencialidades das águas termais e sua estreita relação com a saúde e o turismo.

Armando Calazans integrou os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas como médico, entre março de 1907 e julho de 1908, tendo deixado publicado interessantíssimo relatório descritivo sobre as doenças regionais: *Secção de Cáceres a Matto-Grosso, pelo Dr. Armando Calazans (1º Tenente Médico)*, datado de 1908.

Segundo Caser (2010, p. 370),

[...] o relatório de Armando Calazans traz, em sua parte inicial, uma breve apreciação do quadro sanitário do estado de Mato Grosso. Em seguida, o médico narra os principais episódios ocorridos de março de 1907 a abril de 1908 na seção de construção do ramal da linha telegráfica de São Luiz de Cáceres à cidade de Mato Grosso. Acompanham o relatório quadros com informações estatísticas sobre as principais doenças ou acidentes que acometeram os membros da seção.

Muitos auxiliares dos trabalhos rondonianos se queixavam do estado insalubre a que se submetiam, o que desencadeou um grande número de deserções. O trabalho pesado exigia, certamente, um bom estado de saúde. Calazans (1908, p. 4), no citado relatório, ponderou:

Em que pese a administração de quem quer que seja, 60% dos soldados vindos para estas paragens são indivíduos depauperados, enfraquecidos e sem a robustez física necessária para o serviço; outros, sofrendo de moléstias crônicas, sífilíticos e tantos outros em condições de receptividade mórbida.

Além desse estado precário de saúde, os trabalhadores, durante suas atividades junto à Comissão Rondon, contraíam a mais comum das doenças, a malária, transmitida por insetos. Não só essa doença os acometia, sendo também comum a “corrução”, assim descrita por Calazans (1908, p. 5):

De longa data ouve-se dizer que aparecem anualmente casos de uma moléstia conhecida com o nome de corrução ou maculo e que segundo o Dr. Murinho tem o nome de *el bicho* nas repúblicas platinas [...]. Esta moléstia de mortalidade elevada parece-nos, de acordo com Patrick Manson em sua obra ‘*Maladies de Pay Chauds*’, ser a retite gangrenosa epidêmica, fria e doença que se desenvolve entre indígenas das regiões baixas, úmidas e quentes do norte da América do Sul e talvez também nas ilhas do pacífico sul ou então a forma branda do paludismo cérebro espinhal, do mestre Dieulafoy.

Não tivemos ocasião de observar caso algum dessa enfermidade. Chamado para examinar um doente que dizia afetado deste mal e que o povo estava tratando com pílulas (grandes supositórios fitos de algodão ou fios quaisquer, enrolados na mão e embebidas em uma mistura de pólvora, pimenta, rapé, toucinho, etc.) que

eram introduzidas no ânus, verificamos que se tratava de um caso de febre intermitente paludosa de forma tifoidéa, não havendo nenhuma alteração para o lado do reto.

Afrânio do Amaral nasceu em Belém do Pará, no ano de 1894, filho mais velho de Benvinda do Amaral e de José Bransford do Amaral. Viúva, Benvinda mudou-se para Salvador, onde Afrânio estudou Medicina.

Quando criança fazia expedições pela cidade natal, Belém do Pará, cuja fauna e flora o encantavam, em especial as serpentes. Volta e meia capturava alguma espécie, levando-a em seguida ao museu local para averiguações científicas. Na época, provavelmente o que mais lhe atraía era o chamado cromatismo das serpentes brasileiras, ou seja, a gama variadíssima de cores que possuem. Ele assim avaliou seu interesse prematuro por elas:

Na minha infância, aos oito anos de idade, na chácara em que vivia minha família,

quase fronteira ao bosque municipal do Marco da Légua, surgiu-me, certo dia, a oportunidade de travar conhecimento direto com uma serpente que ali, na língua indígena, é conhecida como boiuna. Acompanhado como estava do chacareiro, um tapuia que conhecia o inhangatu, a língua nobre, dele ouvi a expressão acima citada – boiuna, que significa serpente preta. Esse exemplar foi morto na hora por nós dois e, com o auxílio de terceiros, levado ao Museu Paraense, a cuja frente se encontrava ainda a figura ímpar do seu fundador, o grande Emílio Goeldi. Goeldi já havia trazido para o Brasil a ideia universal da necessidade de se fazer ciência e pesquisa a fim de, não somente, se conhecer a natureza, como, principalmente, se desvendarem os caminhos conducentes à civilização e ao progresso. (AMARAL, citado por FGV/CPEDOC, 1977, p. 1-2).

Médico, graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia, hoje parte da Universidade Federal da Bahia, doutorou-se em Harvard, instituição onde também lecionou, chegando a produzir cerca de 400 trabalhos acadêmicos. Foi consultor eleito da Organização Mundial da Saúde e da Comissão Internacional de Nomenclatura Zoológica (com sede em Londres).

Dedicou-se aos estudos zoológicos, especialista em serpentes. Suas publicações, a exemplo das *Serpentes do Brasil*, inclui uma riquíssi-

ma iconografia colorida com mais de 582 gravuras delas. Nessa obra, o Dr. Afrânio comentou: “As serpentes representam um grupo de animais cuja constituição é realmente antiga. Surgiram aparentemente do meio para o fim da era Cenozoica, deixando fósseis em terrenos no período Cetáceo”.

Estudou, na ilha de Queimada Grande-SP, os venenos das cobras, a exemplo da jararaca-ilhoa, no ano de 1920, cujo veneno é o mais potente da espécie.

Dirigiu o Instituto Butantã, pouco depois de sua criação, de 1919 a 1921 e de 1928 a 1938.

Em 1919, em sua primeira gestão, ele ocupou a chefia do Departamento de Ofiologia e Zoologia Médica do Instituto. Mais tarde, escreveu sobre a situação do Instituto no livro *Serpentes em crise*, com prefácio de Monteiro Lobato. Foi capa da revista *Time* em 1929, personagem central da matéria intitulada ‘*Snakes*’, por conta de seu trabalho no Butantã.

Assinalando a importância de Afrânio do Amaral na ciência brasileira, Gilberto Freyre anotou, em artigo publicado em *O Jornal*, em 1944, que o mundo passaria a ver o Brasil não apenas por suas belezas naturais, mas também, e principalmente, por talentos, como Afrânio do Amaral (WIKIPEDIA, [20--]).

Faleceu em São Paulo, no ano de 1982, aos 88 anos.

Joaquim Augusto Tanajura, filho do médico e político José de Aquino Tanajura e de Antônia Francisca, nasceu em 31 de outubro de 1878, no interior da Bahia. Ganhou o cognome de “Tanajurinha”. Passou sua infância entre o sítio Bom Jardim de São José (Lagoa) e na fazenda Coqueiros, tendo feito seus primeiros estudos em Vila Velha, na escola do professor Dario de Castro Ramos, na rua do Fogo, terminando o curso primário em Rio de Contas. Formou-se em Medicina, em 8 de dezembro de 1900, pela Faculdade de Medicina da Bahia, contando apenas 22 anos de idade. Defendeu a tese *Letalidade infantil e suas causas*. Alguns anos depois, mudou-se para a capital federal, Rio de Janeiro, onde entrou para a Força Policial. Foi convidado a fazer parte da Comissão Rondon, percorrendo os sertões de Mato Grosso e do Amazonas. Projetou-se nacionalmente como secretário geral da comissão mista de limites entre o Brasil, Peru e Colômbia. Por esta atuação, foi condecorado pelo governo da Colômbia com a Ordem da Cruz de Bogotá, no grau de Oficial, e com a insígnia e o diploma da Ordem del Sol del Peru.

Chefiou o serviço de saúde da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas entre 1909 e 1912, quando foi nomeado pelo então governador de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915), o primeiro Intendente Municipal (hoje prefeito) de Santo Antônio do Madeira, cargo que ocupou até o final de 1915 (CANTANHEDE, 1950, p. 59). Fez brilhante administração dotando o município de obras de infraestrutura, saneamento e melhorando o sistema educacional. Foi eleito Deputado Estadual pelo Amazonas, transferindo-se para Manaus Posteriormente, foi eleito prefeito de Manaus, dotando a velha cidade obras sociais que ainda hoje são utilizadas pela população. Em 1940, deixou com grande pesar o estado do Amazonas e passou a residir em Curitiba-PR, onde assumiu o posto de médico da Polícia Militar. Em Salvador, fundou a Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil. Foi jornalista e político. Escrevia para o jornal da época *Diário da Bahia*. Na política, teve apoio dos correligionários do seu pai Dr. Tanajura, sendo eleito Deputado Federal em 1906, passando a residir no Rio de Janeiro, onde, além dos trabalhos legislativos, era médico da Polícia Militar do antigo Distrito Federal. Na sua missão no Amazonas, foi eleito o primeiro prefeito de Porto Velho, em 1917, onde fundou o primeiro jornal da cidade Alto Madeira. Em 1923, foi eleito novamente pelo voto popular.

O Dr. Joaquim Tanajura amparou cientificamente os recorrentes surtos de malária e influenza. Nesse período, o médico realizou estudos sobre as doenças e seus ciclos de duração na região, os aspectos de vida dos trabalhadores da Comissão e dos habitantes locais, como, por exemplo, sua alimentação diária, tendo também analisado a salubridade dos rios e as possíveis fontes de água potável.

Segundo Vital (2011, p. 548):

Dos estudos e de outros médicos que atuaram na região, decorreu a publicação, em 1910, das *Instruções para o serviço sanitário das seções do norte e do sul* (CLTEMTA, s.d.), uma série de normas que visava instituir um serviço de profilaxia contra a malária no contingente de trabalhadores e organizar o serviço de saúde na Comissão. Os trabalhos de construção da linha telegráfica, a partir de maio de 1910, se dariam em duas frentes, dividindo-se, assim, nas seções norte e sul. A primeira teria como centro de tomadas de decisão o povoado de Santo Antônio do Madeira, onde seria instalada também a enfermaria do norte.

Fez publicar o resultado de suas investigações científicas em *Expedição de 1909*, publicado no mesmo ano. De regresso à capital

federal, Rio de Janeiro, em viagem iniciada em Curitiba, o Dr. Tanajura adoeceu e foi internado em São Paulo, no Instituto Paulista de Medicina, vindo a falecer no dia 19 de junho de 1941 (MACHADO, 2011).

Adolfo Lutz nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de dezembro de 1855, e faleceu na mesma cidade, no dia 6 de outubro de 1940, aos 85 anos. Quando completou dois anos de idade, mudou-se para a Suíça, terra natal de seus pais. Sua formação acadêmica foi esmerada e profunda. Diplomou-se em Medicina no ano de 1879, pela Universidade de Berna, Suíça. Estudou técnicas de Medicina experimental em vários centros médicos de Londres, Lúpsia (Alemanha), Viena (Áustria), Praga (República Checa) e Paris (França), quando teve o privilégio de ser aluno de Louis Pasteur. Retornando ao Brasil, montou consultório na cidade de Limeira-SP.

Brilhante e reconhecido médico e cientista brasileiro, ficou conhecido como Pai da Medicina Tropical e da Zoologia Médica no Brasil. Pioneiro na área de Epidemiologia e na pesquisa de doenças infecciosas, a exemplo de investigações sobre cólera, peste bubônica, febre tifoide, malária, ancilostomíase, esquistossomose, leishmaniose, doenças tropicais e pestes. Foi o primeiro cientista latinoamericano a estudar o *Aedes aegypti*, vetor da dengue e outras doenças correlatas.

Em 1892, foi criado, em São Paulo, o Laboratório de Bacteriologia, no ano seguinte denominado Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo, onde Adolfo Lutz trabalhou e foi seu diretor entre os anos de 1893 e 1908. Em 1940, a instituição passou à denominação que leva hoje, Instituto Adolfo Lutz.

Rondon, frente à inquestionável competência desse médico e pesquisador, convidou-o para participar dos trabalhos da Comissão, na fase em que a expedição ingressou na parte amazônica, onde grassavam inúmeras doenças tropicais. Por isso, ao lado dos estudos específicos na área da saúde, Lutz dedicou parte de suas investigações ao estudo de insetos, possivelmente transmissores ou vetores de doenças. Sua colaboração foi valiosa, tendo escrito nas publicações da Comissão Rondon: *Tabenideos*, Anexo 5, Publicação 14. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

Após mais de três décadas de trabalho em São Paulo, Adolfo Lutz se aposentou, em 1908, e mudou residência para a então capital federal, Rio de Janeiro, onde trabalhou por mais 32 anos, até a morte, em 6 de outubro de 1940 (REVISTA ISTOÉ INDEPENDENTE, 1999).

BOTÂNICOS DA COMISSÃO RONDON

Frederico Carlos Hoehne nasceu em Juiz de Fora-MG, no dia 1º de março de 1882, tendo falecido aos 77 anos na cidade de São Paulo-SP, aos 16 de março de 1959.

Sua vocação para a Botânica se manifestou ainda na infância. Sua carreira profissional teve início no ano de 1907, quando foi nomeado interinamente como jardineiro-chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição secretariada pelo também botânico Alípio de Miranda Ribeiro, que convidou Hoehne para integrar a equipe da Comissão de Linhas Telegráficas, que depois passou a ser conhecida como Comissão Rondon. Essa indicação foi aceita por Rondon, em 25 de maio de 1908, para atuar como ajudante de botânico. Nessa primeira fase, ele ficou na Comissão até 1912 e, de 1913 a 1914, foi membro da Expedição Científica Roosevelt, retornando depois à Comissão Rondon, onde permaneceu até 1917.

Hoehne dirigiu, em São Paulo, o Instituto de Botânica, entre os anos de 1938 e 1950, local onde desenvolveu extraordinária pesquisa, veiculada em mais de quatro centenas de artigos de jornais e revistas, 117 trabalhos monográficos, sendo ainda de sua autoria 4 trabalhos infantojuvenis sobre plantas brasileiras. No interior da Comissão Rondon, colaborou em 17 publicações, tendo outros estudos de Zoologia veiculados pelo Instituto Butantã, Museu Paulista, Instituto Biológico e Instituto de Botânica. As estampas ilustrativas que acompanham as obras são do próprio punho de Hoehne, que fazia questão de reproduzir as espécies estudadas. Entre seus livros, salientam-se: *Botânica e agricultura no Brasil no século XVII* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937, 410 p.); *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais* (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1939, 324 p., al.); *O Jardim Botânico de São Paulo*, em colaboração com Oswaldo Handro e Moysés Kuhlmann (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1941, 656 p., il.); e *Iconografia de orquídeas do Brasil* (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1949, 304 p., il.).

Nos trabalhos da Comissão Rondon, colaborou com 17 publicações. Seu reconhecimento não se circunscreveu ao Brasil, mas ganhou uma dimensão internacional, visto ter recebido, da Universidade de Göttingen, na Alemanha, o diploma de Doutor *Honoris Causa* de Filosofia.

João Geraldo Kuhlmann nasceu em Blumenau-SC, no ano de 1882, e faleceu em 1958 no Rio de Janeiro-RJ. Foi um botânico brasileiro,

especialista em Taxonomia de Angiospermas. Ele coletou expressivo material herborizado, e guardou-o cuidadosamente. Após a sua morte, foi o mesmo reunido no Museu Botânico Kuhlmann, criado em 1960.

Anteriormente, esse espaço fora destinado à Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, instituição significativa para a defesa não só da antiga capital do Brasil, mas também de todo o Império. Desativada a fábrica em 1831, a edificação passou por diversas reformas, tendo sido ali instalada a residência e o laboratório do botânico Dr. João Geraldo Kuhlmann. Após sua morte, em 1984, foi descoberto um sítio arqueológico denominado Oficina do Moinho de Pilões, que hoje abriga o Museu-Sítio Arqueológico Casa dos Pilões, onde uma maquete simula o funcionamento da antiga oficina.

João Geraldo Kuhlmann foi autor de quase uma centena de trabalhos científicos na área da Botânica. Seu reconhecimento lhe valeu a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até o ano de 1951.

Dentre suas obras, podem ser destacadas: *Clinostemon*, novo Gênero de Lauráceas da Amazônia. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 4 (2), p. 57-59, 1928; *Arquivos do Serviço Florestal*, [s.l.], n. 3, p. 4, 1950. (Neste trabalho, descreve a família de Peridiscaceae).

A. J. de Sampaio foi outro botânico que se incumbiu de estudar, junto à Comissão Rondon, parte da coleção de Pteridophytas organizadas pelos cientistas Hoehne e Kuhlmann, que haviam sido levadas para o Museu Nacional. Sampaio atuava como professor. Esse estudo teve por base trabalhos anteriores executados por Herbert Smith e Júlio César Diogo, além daquelas espécies por ele catalogadas e constantes na obra *A flora de Matto-Grosso: memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon*, publicada em 1916, nos Arquivos do Museu Nacional.

Nasceu aos 5 de fevereiro de 1881. Natural de Campos dos Goitacazes-RJ, descendeu de João José de Sampaio, comerciante de origem portuguesa, e Leopoldina Joaquina Decat Sampaio, de descendência francesa.

Alberto José de Sampaio, ou A. J. Sampaio, como ficou mais conhecido, iniciou sua alfabetização em casa (Campos-RJ), complementando o curso primário na cidade do Porto, em Portugal, entre os anos de 1887 e 1888, em visita a parentes próximos de seu pai. “Mais tarde, cruzaria novamente o Atlântico por mais de uma vez em viagem de aperfeiçoamento ou para apresentar-se em congressos

científicos. Terminou o curso primário e o secundário em sua cidade natal, tendo cursado o segundo no tradicional Liceu de Humanidades de Campos” (CAPANEMA, 2006, p. 20).

De volta ao Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, interrompendo o curso no final do segundo ano, ocasião em que optou por prestar concurso para assistente da Seção de Botânica junto ao Museu Nacional, em 1904. Aprovado nesse certame, iniciou sua carreira de naturalista em janeiro de 1905.

Inicialmente, demonstrou interesse pela homeopatia, o que o levou a concluir o curso de Medicina, pela Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano, especializando-se na área homeopática, possivelmente influenciado pelos trabalhos realizados no Museu Nacional na área de Botânica. Exerceu a clínica médica por algum tempo em bairros da capital federal, porém, absorvido pela carreira de naturalista, abandonou a clínica para se dedicar à botânica.

Segundo Capanema (2006, p. 21),

[...] durante os primeiros anos de atuação na Seção de Botânica (1905-1909), Sampaio somente se preocupou em assimilar ao máximo os conhecimentos sobre a flora nacional e estrangeira, teórica e tecnicamente: “[Vive] entre os livros, os laboratórios e a natureza. Estuda muito. Observa. Experimenta. Conclui. Examina herbários e herboriza. A sua pena magnífica trabalha ainda só para si” (D.F.C., 1943, p. 180). Esse período é realmente um enigma em sua vida profissional, pois não encontramos nenhum documento referente a ele; somente a partir de 1909 apareceram os primeiros resultados de suas atividades científicas em algumas publicações.

Seus estudos e pesquisas da flora se cindiram ao campo das orquidáceas, tendo publicado, junto à Comissão Rondon: *Pteridophytas* (1916); *Lauraceas de Matto-Grosso e duas novas espécies da Amazônia* (1917); e, em conjunto com J. G. Kuhlmann, *Clinostemon, novo gênero de Lauráceas da Amazônia* (1928).

Em 1910, foi nomeado substituto do professor da Seção de Botânica do Museu Nacional, dando início à sua atuação docente, paralelamente aos trabalhos de pesquisa.

Entre maio de 1913 e abril de 1914, foi designado, pelo Museu Nacional, para realizar cursos de aperfeiçoamento em Botânica, aproveitando a oportunidade para visitar as principais instituições museológicas da Europa, abrindo oportunidade para intercâmbio.

Segundo o estudo de Capanema (2006, p. 24):

O relatório apresentado por Sampaio sobre sua comissão à Europa é muito útil para a análise do contexto institucional do Museu Nacional e da ciência brasileira no período. Nele, ele expôs suas considerações sobre as instituições que visitou e enalteceu a capacidade científica do Museu Nacional devido ao seu repositório de espécimes naturais, apresentando, contudo, severas críticas à precariedade de material necessário à realização de seu trabalho na Seção de Botânica. Ele destacava a necessidade de uma equiparação técnica do Museu aos institutos internacionais, no que dizia respeito à disponibilização de bibliografia especializada, como obras e periódicos indispensáveis aos trabalhos botânicos, e coleções botânicas típicas para a identificação e classificação de plantas.

Publicou *Phytogeographia do Brasil* (1934), *Biogeographia Dynamica* (1935) e *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (1944).

Além dos trabalhos de pesquisa e de docência, atuou

[...] como um dos principais organizadores e como relator-geral da *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1934. Fundou a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, em 1931, e foi sócio fundador da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, em 1932, associações que se dedicavam à causa conservacionista, publicando, em 1935, o livro especialmente dedicado ao tema, *Biogeographia Dynamica: a natureza e o homem no Brasil*, onde traçava um programa de proteção da natureza para a nação. [...] Membro correspondente do *Office International pour la Protection de la Nature*, instituição centralizadora da documentação internacional referente à legislação conservacionista, à qual oferecia ampla divulgação através de sua *Revue Internationale de Législation pour la Protection de la Nature*, criada em 1931. O instituto era sediado em Bruxelas e mantido por várias instituições científicas. (CAPANEMA, 2006, p. 27).

Alberto José de Sampaio faleceu em Campos-RJ, aos 30 de dezembro de 1946, com 65 anos de idade.

ZOÓLOGOS DA COMISSÃO RONDON

Alípio de Miranda Ribeiro nasceu em Rio Preto-MG, no dia 21 de fevereiro de 1874. Desde criança, demonstrou pendor pela Zoologia, ciência que abraçou durante sua vida. Seus primeiros estudos foram cursados em sua terra natal e complementados no Rio de Janeiro, com o curso secundário. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, porém, não chegou a concluir o curso.

Seu grande sonho foi o de desenvolver pesquisas junto ao Museu Nacional, ingressando na instituição no ano de 1894, quando ocupou a função de preparador interino da 1ª Secção. Em 1897, foi nomeado naturalista-auxiliar, vindo a ocupar os cargos de secretário (1899), professor e chefe da Divisão de Zoologia (1929), função que exerceu até vir a falecer. Atuou como substituto da Secção de Zoologia (1910-1929), quando foi promovido a professor-chefe desta.

Participou da Comissão Rondon, integrando a primeira expedição (1908-1910), oportunidade em que realizou valiosas observações e coleta de material, tendo aproveitado o percurso do Rio de Janeiro a Corumbá para coletar material zoológico (1908). Participou, a convite de Rondon, da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, como zoólogo. Deixou cerca de 150 obras versando sobre vertebrados e invertebrados da fauna brasileira, além de outros títulos sobre peixes, répteis, pássaros e mamíferos. Na Comissão Rondon, ofereceu as seguintes contribuições: *Loricariidae*, *Callichthyidae*, *Doradidae* e *Trichomycteridae*. Anexo 5. Publicação 16. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1912; *Pimelodidae*, *Trachycorystidae*, *Cetopsidae*, *Bunocephalidae*, *Auchenipteridae* e *Hypophthalmidae*. Anexo 5. Publicação 15. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, fev. 1914; *Resultados zoológicos da Expedição Roosevelt-Rondon*. Anexo 4. Publicação 53. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1914 e *Peixes (excl. Characinidae)*. Anexo 5. Publicação 58. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1920.

Em 1911, fundou a Inspetoria de Pesca, primeiro serviço oficial a dedicar-se ao setor no Brasil, tendo sido seu primeiro diretor (1911-1912). Ali, estabeleceu um espaço museológico sobre pesca, uma biblioteca especializada, seções técnicas de pesquisa e operou um navio oceanográfico, o *José Bonifácio*. Pela sua competência, foi fundador da Sociedade Brasileira de Ciências.

Faleceu no Rio de Janeiro, no ano de 1939, aos 65 anos de idade.

Hermann von Ihering foi um naturalista de reconhecimento nacional e internacional. Nasceu aos 9 de outubro de 1850 em Giessen-Alemanha, descendendo do velho do jurisfilósofo Caspar Rudolf von Ihering. Aos 18 anos, sua família transferiu residência para Viena. Formou-se em Medicina, tendo defendido, em 1876, a tese intitulada *Significação do aparelho auditivo dos Molluscos, tendo-se em vista a sua classificação natural*, pela Universidade de Erlangen. Concorreu à cátedra da mesma universidade alemã, ocasião em que defendeu a tese *Anatomia comparada do sistema nervoso dos moluscos*, apresentada em 1877. Já naquele momento, demonstrava seu pendor pelo estudo zoológico.

Veio para o Brasil em 1880, a fim de auxiliar na montagem de um centro de estudos de História Natural. Naquela ocasião, lecionava Zoologia em Leipzig. Aqui, casou-se com a jovem viúva Anna Maria Clarz Belzer, com quem teve dois filhos, Clara von Ihering e Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering. Residiu inicialmente em Taquara-RS (1880-1883), depois passou por Guaíba (1883-1884), no mesmo estado.

Coletou grande espécimes de animais, formando uma coleção invejável. Remeteu parte do acervo a instituições e a estudiosos europeus, a exemplo das aves, enviadas para o Museu Britânico e para o conde Hans von Berlepsch; ovos para Adolph Nehrkorn e aranhas para o conde Alexander von Keyserling. Além disso, praticou Medicina e escreveu para um jornal em Porto Alegre. Em 1883, foi nomeado naturalista viajante do Museu Nacional. Morou em Rio Grande (1884-1885), São Lourenço do Sul (1885) e sete anos em uma ilha na foz do rio Camaquã, carinhosamente conhecida como *ilha do Doutor*. Ali, Ihering construiu uma casa, onde escreveu suas memórias não publicadas, *Lebenserinnerungen* (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRÁFIA, 1950).

Naturalizado brasileiro em 1885, em 1892 mudou-se para São Paulo, a fim de fundar o que seria mais tarde o Museu Paulista, dedicado à História Natural, do qual foi diretor por 25 anos. Esse trabalho foi iniciado graças ao acervo do antigo Museu Sertório, que funcionava anexo à Comissão Geográfica e Geológica, que, mais tarde, deu origem ao Museu Paulista, franqueado ao público em 1895.

Foi também autor do livro *As aves do Rio Grande do Sul*, publicado em 1907, em São Paulo. Durante a primeira grande guerra mundial, foi afastado desse cargo, devido à sua origem alemã. Durante o afastamento, residiu em Santa Catarina, onde dirigiu, por quatro anos, um museu. Mais tarde, com fim do conflito armado, retornou ao Museu Paulista, onde atuou até 1916.

Dessa vasta experiência, Hermann assim opinou, em 1911:

Aqui no Brasil, onde vivo desde o ano de 1880, liguei novamente atenção a assuntos de Antropologia e Etnologia, procurando antes de tudo pôr os nossos conhecimentos sobre os indígenas atuais em relação com os achados arqueológicos e com as informações contidas na literatura antiga [...] Ocupei-me particularmente da biologia dos insetos e, entre eles, de preferência, com a vida dos Himenopteros sociais e também da entomologia econômica, cujo estudo introduzido no Brasil. (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRÁFIA, 1950).

Além das publicações inseridas na Revista do Museu Paulista, colaborava concomitantemente em cerca de 24 periódicos nacionais e estrangeiros. Trabalhou por 80 anos ininterruptos. Sobre sua capacidade de trabalho, aliada à competência, assim se expressou Franco da Rocha: “Von Ihering não era um homem desses que desaparecem todos os dias, sem que façam grande falta, a não ser para os seus íntimos. Ele trabalhou muito e o resultado desse trabalho aí está nos livros e revistas científicas em que colaborou”. Conhecido e respeitado por cientistas do mundo todo, logo recebeu convites de museus e universidades, indo primeiro para o Chile e depois para o Museu de la Plata, na Argentina. Lá, lecionou Zoologia na Universidade de Córdoba, continuando suas pesquisas de Arqueologia e Antropologia. Ao retornar à Alemanha, em 1924, a convite da Universidade de Gießen, doou à universidade de Córdoba sua coleção de moluscos fósseis. Sua imortalidade está consagrada nos trabalhos científicos que legou ao Brasil e ao mundo, pois, de acordo com Diderot: “A imortalidade é uma espécie de vida que se adquire na memória dos homens” (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRAFIA, 1950).

Ao celebrar seus 70 anos era membro honorário ou correspondente de 30 sociedades e academias; seu nome tinha sido dado a 5 *genera* e mais de 100 espécies de animais e plantas.

Hermann von Ihering retornou à Alemanha, fixando residência na pequena cidade de Buedingen, onde veio a falecer a 26 de fevereiro de 1930. Seu filho, Rodolpho von Ihering, seguiu os passos do pai, visto que foi o introdutor da Limnologia no Brasil.

Adolpho Ducke nasceu em Trieste, território integrante do Império Austro-Húngaro, aos 19 de outubro de 1876, e faleceu na cidade de Fortaleza, em 5 de janeiro de 1959. Profissionalmente, atuou como botânico, entomólogo e etnólogo. Começou a trabalhar na floresta Amazônica como entomólogo, junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Seu pendor para a Botânica se deveu a Jacques Huber e de Paul Le Cointe, cujos trabalhos de pesquisa foram compartilhados por Ducke. Fez diversas viagens ao Amazonas, onde estudou a estrutura do sistema florestal. Publicou 180 artigos e monografias, principalmente sobre as leguminosas, a maioria em língua estrangeira, especialmente na língua alemã.

Ducke descreveu 900 espécies e 50 gêneros de plantas, principalmente árvores. Em 1918, além de suas intensas atividades para o Museu Paraense, colaborou, em outras instituições, com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Instituto Agrônomo do Norte.

Durante a primeira metade do século XX, foi uma das mais importantes autoridades na área da botânica amazônica. Em 1954, preocupado com os destinos dos recursos naturais dessa região, sugeriu ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) a criação de reservas naturais. Morreu antes de ver seus esforços coroados. Em 1963, foi criada a Reserva Florestal Adolpho Ducke e também o Jardim Botânico de Manaus que, hoje, leva seu nome.

Henrique de Beaurepaire Rohan Aragão nasceu em Niterói, em 1879. Concluiu o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1905. Defendeu tese junto ao Instituto Oswaldo Cruz, ao qual se ligou desde 1903, enquanto estudante, ali permanecendo até sua aposentadoria como integrante dos quadros institucionais. Estudos sobre este personagem afirmam que:

Seu sobrenome francês é de origem materna em terceira geração. Seu avô materno, marechal Henrique de Beaurepaire Rohan, já era brasileiro e teve ativa participação na vida política e cultural da nação, tendo sido cartógrafo e autor de um dicionário de vocábulos brasileiros. (REZENDE, 2009, p. 44).

O Dr. Aragão se dedicou ao estudo das doenças transmitidas por animais, uma das primeiras quando contava com apenas 28 anos de idade. “Sua primeira grande descoberta, a do ciclo exoeritrocitário do hematozoário (*Haemoproteus columbae*), antecipando a ocorrência de idêntico ciclo na malária humana, o que foi comprovado, trinta anos depois, pelo cientista inglês Percy Garnham ao descrever o ciclo hepático do plasmódio” Essa descoberta foi, trinta anos depois, confirmada pelo cientista inglês Percy Garnham, ao descrever o ciclo hepático do plasmódio (REZENDE, 2009, p. 409-416).

O reconhecimento das pesquisas do Dr. Aragão era notório:

Olympio da Fonseca Filho narra que, ao visitar o Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, em 1952, ouviu do decano dos protozoologistas alemães, prof. Reichnow, palavras de elogio e admiração pelo trabalho de Henrique Aragão, ‘tão jovem e já famoso’. (FONSECA FILHO, 1973, p. 43).

Em 1909 e 1910 Aragão realizou estudos na França e na Alemanha, especialmente no Instituto Zoológico de Munique. Ao retornar ao Brasil, dedicou-se inteiramente à pesquisa, interessando-se por diversos campos do conhecimento. Sua produção científica é abrangente e diversificada nas áreas da parasitologia, virologia

e biologia em geral. Ocupou-se tanto da pesquisa aplicada aos problemas de saúde pública da época, conforme a orientação do instituto, quanto da pesquisa básica, quando dispunha de tempo.

Trabalhou na profilaxia da malária e desenvolveu estudos sobre a Leishmaniose tegumentar, amebíase intestinal, parasitoses do homem e dos animais, febre amarela e outras viroses. (REZENDE, 2009, p. 368).

No ano de 1911, teve sua atenção despertada para o mixoma do coelho, doença transmitida aos roedores pela picada de insetos. Segundo Rezende (2009, p. 369-370),

[...] essa descoberta teve repercussão internacional e beneficiou especialmente a Austrália. [...] Em 1919, Henrique Aragão escreveu ao governo da Austrália, sugerindo o controle biológico, inoculando alguns coelhos com o vírus do mixoma, que ele havia isolado e que se prontificava a fornecer, introduzindo no país uma doença altamente letal para o coelho. As autoridades sanitárias da Austrália relutaram por muitos anos a importar o vírus, temendo consequências imprevistas. Somente em 1950, graças à persuasão de cientistas australianos, o governo decidiu autorizar o método proposto por Aragão.

Sua atuação, por ocasião da febre amarela que grassou no Rio de Janeiro em 1928, foi de uma dedicação espantosa, visto que desejava produzir uma vacina. Sua carreira profissional foi igualmente exitosa:

Para coroamento de sua carreira, Henrique Aragão foi diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 1942 a 1949. Em sua administração, o instituto, dando continuidade às propostas do Serviço de Estudo das Grandes Endemias criado por Evandro Chagas, expandiu suas atividades no interior do país com a criação do posto de saúde para estudo da esquistossomose em Pernambuco e o posto para estudo da doença de Chagas, em Bambuí, Minas Gerais, hoje Centro Avançado de Estudos Emmanuel Dias. Neste centro foram feitos importantes estudos clínicos e epidemiológicos sobre a tripanossomíase e iniciadas as primeiras experiências de combate aos triatomíneos pela borrifação das casas com inseticidas de ação residual. [...] Aposentado compulsoriamente por idade, em 1950, Aragão dedicou os últimos anos de sua vida ao estudo e classificação dos ixodídeos (carrapatos). Permaneceu em atividade até uma semana antes de seu falecimento, que se deu a 26 de fevereiro de 1956, aos 77 anos. (REZENDE, 2009, p. 370).

Mereceu o Dr. Aragão inúmeras condecorações, a exemplo da medalha Noth, outorgada pelo Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo.

O Instituto Oswaldo Cruz possui um pavilhão com o seu nome e o homenageou com dois seminários em sua memória, o primeiro em 1979, no centenário de seu nascimento, e o segundo em 2007, em comemoração ao centenário de sua descoberta do ciclo exo-eritrocitário do parasito da malária. (REZENDE, 2009, p. 370).

MINERÓLOGO E GEÓLOGO DA COMISSÃO RONDON

Alberto Betim Paes Leme nasceu no Rio de Janeiro, em 1883. Seus estudos médios foram realizados no Liceu Carnot, em Paris, e o superior na École des Mines, diplomando-se em 1906. Trabalhou, em 1911, no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), ocupando a cadeira de Mineralogia do Museu Nacional, ocasião em que dinamizou a seção de Mineralogia e Geologia através da reorganização de suas coleções.

O ano de 1926 marcou sua nomeação como catedrático de ‘Botânica e Zoologia Industriais’ e ‘Estudos das Matérias-Primas’, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Sua primeira obra publicada foi um estudo da geologia do Distrito Federal, escrita em 1910. Pela Comissão Rondon, escreveu *Mineralogia e Geologia*, obra elaborada em 1911 e impressa em 1920. Publicou o guia *Evolução da Terra e Geologia do Brasil, sob a ótica das coleções do Museu Nacional* (1924), a *História Física da Terra, vista por quem a estudou no Brasil* (1979), e *O Depoimento do Brasil na discussão da Theoria do Deslize dos Continentes segundo Wegener* (1930). Dedicou-se a pesquisas no campo da análise espectral aplicada à Mineralogia.

Pertenceu à Societé Géologique de France e à Academia Brasileira de Ciências, tendo recebido as insígnias de Cavaleiro da Légion d’Honneur e professor honorário da Universidade de Paris (Sorbonne). Durante seus trinta anos de atividade, Betim ofereceu vasta e fecunda contribuição para a Geologia, tendo participado do debate sobre a Teoria da Deriva Continental.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1938.

João Salustiano Lyra nasceu em Pelotas-RS, aos 8 de junho de 1878, e faleceu em 3 de abril de 1917, por afogamento, no rio Sepotuba, em Mato Grosso, quando fazia sua exploração. Nesse incidente faleceu também o Segundo Tenente Eduardo de Abreu Botelho, que

o auxiliava nessa missão. Filho natural do Visconde da Graça com Vicência Ferreira Lira. Engenheiro militar formado na Alemanha e especializou-se em telegrafia sem fio, sistema de comunicação utilizado pela Comissão Rondon, que o convidou para integrar essa missão, em sua parte Amazônica, entre os anos de 1907 e 1909. Colaborou com a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, entre 1913 e 1914. Publicou *Variante da Ponte de Pedra ao Salto Utiariti e Aldeia Queimada*, em 1908. Casou-se com Thereza Dulce, natural de São Luiz de Cáceres-MT, com quem teve três filhos. Sua carreira foi interrompida quando faleceu, vítima de afogamento, nas corredeiras do rio Sepotuba (atualmente rio Tenente Lira), afluente da margem direita do Alto Paraguai, em 3 de abril de 1917, aos 38 anos. Seu corpo jamais foi encontrado.

Para reverenciar a memória do Tenente Lyra e de seu auxiliar, Eduardo de Abreu Botelho, a Comissão publicou a obra *O desastre do Sepotuba*, lamentando a perda de dois importantes e reconhecidos cientistas da Comissão Rondon (NOMURA, 2010).

De seu trabalho junto à Comissão Rondon, mereceu publicação *Relatório do ajudante da expedição*, em 1910.

Júlio Caetano Horta Barbosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, aos 8 de maio de 1881, e faleceu em 1965, aos 84 anos, na mesma cidade. Participou da Guerra de Canudos com apenas 15 anos de idade, tendo iniciado sua carreira militar em 1897, quando assentou praça. O curso superior foi efetivado na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, diplomando-se em Engenharia, com bacharelado em Matemática e Ciências Físicas.

A partir de 1906, integrou os trabalhos da Comissão Rondon na instalação das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon, ocasião em que ofereceu sua colaboração por muitos anos.

De profunda formação positivista, Júlio Caetano se posicionou favorável à Aliança Liberal, sob a liderança de Getúlio Vargas. Nessa direção, combateu o movimento constitucionalista de 1932, liderado por São Paulo. Por sua atuação, foi promovido ao generalato, tendo também presidido o famoso Clube Militar do Rio de Janeiro, entre 1936 e 1937.

Sua atuação foi muito mais no campo político, tendo colaborado em diversos momentos que marcaram os trabalhos da Comissão Rondon. No interior do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, comandou o organismo que estava direta-

mente ligado à presidência da República, e ainda integrou, por diversas vezes, o Conselho da Instituição no encaminhamento político.

Durante o Estado Novo, ajudou a fundar a Sociedade Amigos da América, entidade que lutou pela defesa da democracia e do alinhamento externo do Brasil com os Estados Unidos e com o bloco dos Aliados na II Guerra Mundial. Entre 1944 e 1945, esteve à frente da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo.

Dentre as suas bandeiras de luta, tem destaque a questão do petróleo enquanto patrimônio nacional. Daí ter sido alçado à presidência de honra do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, ocasião em que teve forte participação na campanha ‘O Petróleo é Nosso’, movimento que culminou com a criação da Petrobrás, em 1954.

No interior da Comissão Rondon, escreveu o relatório referente à *Exploração e levantamento dos rios Amarí e Machadinho*, datado de 1945.

Emmanuel Silvestre do Amarante era carioca e completou seus estudos na Escola de Artilharia e Engenharia do Rio de Janeiro, em 1906. Casou-se com Aracy, uma das filhas de Cândido Mariano da Silva Rondon.

Foi promovido a Major em 1923 e, em 1929, era o chefe da 4ª Zona Telegráfica, sediada no extinto município de Santo Antônio do Rio Madeira, então pertencente ao Mato Grosso uno, situado a 7 km do centro de Porto Velho, parte do atual estado do Amazonas.

O Major Amarante morreu vítima de infecção tífica, aos 8 de agosto de 1929, quando fazia apenas quatro meses que se encontrava como chefe do distrito telegráfico. Faleceu na cidade de Porto Velho, aos 49 anos, em 1929, sendo enterrado no cemitério dos Inocentes, em um lendário túmulo que foi vitimado por uma lenda.

Em *Porto Velho-Amazonas, o cemitério e a história*, Matias (2013) relata:

Na época, o cemitério era protegido por uma cerca de arame farpado e os moradores da ‘Vila Mucambo’ costumavam cruzar o campo quando se dirigiam ao centro de Porto Velho. Eis que senão quando, um morador chegou na vila apavorado, estava lívido, olhos esbugalhados, garganta seca e o medo estampado no rosto. E gritou que ‘ao passar perto do túmulo do Major Amarante ouviu uma espécie de rugido e o som de algo se quebrando’. ‘Parecia que o defunto estava se levantando da sepultura’. Foi o bastante para o medo e o mistério servirem de combustível para o surgimento de uma amedrontadora lenda de cemitério. De repente, a cidade inteira ficou apavorada com o *homem que virou bicho*. Seria um dragão acorrentado? Uma grande cobra

acorrentada pelo rabo? Ou, pior ainda: seria o próprio defunto preso em correntes?

Seja como for, se conseguisse se soltar – imaginava-se –, o bicho iria destruir a cidade e matar seus moradores. Uma desgraça. O medo. O imponderável. A superstição tomava conta do imaginário popular. Não se tinha sossego. O Major Amarante, poderoso oficial do Exército, ex-legionário da Comissão Rondon, genro predileto de Rondon, virou bicho depois de morto. E para comprovar a coisa toda, o túmulo realmente apresentava rachaduras. A prefeitura encarregava-se de consertar, mas não tinha jeito, rachava de novo. Consertava e rachava. A cada serviço, nova rachadura. O medo do defunto acorrentado aumentava ainda mais. Até que um dia... O mistério foi descoberto. Alguém, possivelmente um funcionário da prefeitura, percebeu que uma árvore frondosa, uma figueira, plantada a uns cinco metros do túmulo do Major Amarante, espalhava suas poderosas raízes que passavam por baixo da sepultura e rachava suas paredes o que causava o barulho ouvido por aquele morador da Vila Mucambo. Estava encerrado o mistério depois de longos e tenebrosos invernos de frio, chuva, noites escuras e grandes superstições na pequena, bucólica e inquieta Porto Velho.

Em 1930, Cândido Mariano da Silva Rondon esteve no Cemitério dos Inocentes para visitar o túmulo de seu genro e fiel colaborador, Major Emanuel Silvestre do Amarante. Ao discursar sobre o túmulo, Rondon se emocionou e chorou, referindo-se a Amarante como seu braço direito nos trabalhos das Linhas Telegráficas. Além disso, Amarante foi pai do primeiro neto de Rondon, nascido em 1915. Segundo Francisco Matias (2013), “Rondon teve a informação, por telégrafo, do nascimento do menino Emanuel; ele recebeu a mensagem no posto de Vilhena, cuja construção existe ainda hoje e é conhecido como *Casa de Rondon*”.

Coube a Amarante organizar e publicar o *Levantamento e locação do trecho compreendido entre os rios Zolabaruiná (Burity) e Juruena*, em 1909.

Nicolau Bueno Horta Barbosa descendeu da tradicional família Horta Barbosa, ancestrais de D. Antonio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, fundador de Vila Bela da Santíssima Trindade. Nicolau e os irmãos foram seus trinotos do primeiro governantes de Mato Grosso. Diversos membros da família colaboraram com os trabalhos da Comissão Rondon, a saber: Francisco Bueno Horta Barbosa, Nicolau Bueno Horta Barbosa, Júlio Caetano Horta Barbosa e Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

Nicolau se engajou nos trabalhos da Comissão Rondon, atuando junto ao Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais. Data do ano de 1917 a criação de um dos maiores postos indígenas, que levou o nome de *Posto Indígena Francisco Horta Barbosa* (DECRETO nº 404, de 03/09/1917), em homenagem a seu criador e estimulador. Essa unidade do SPITN estava localizada entre o território de Dourados e Iporã, integrantes do então Mato Grosso uno, e que hoje fazem parte do estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Ferreira et al. (2012),

Para o referido foram levados os povos Terena, Guarani e Kaiowá. Vale lembrar que a reunião de povos distintos em uma mesma região era uma prática comum do SPI. Conforme as Instruções Internas do SPILT/1910, nas povoações indígenas seriam reunidas os índios das mais distintas tribos. O SPILT visava modificar as formas tradicionais de organização e valorização dos espaços praticados por essas populações. (FERREIRA, 2012, p. 98).

O Tenente Nicolau Francisco Horta Barbosa colaborou com os trabalhos de pacificação indígena na parte central e norte de Mato Grosso, ocasião em que outra expedição objetivava a pacificação dos índios Nambiquara, habitantes das terras confinantes do Juruena e a Serra do Norte:

[...] desta feita com número maior de expedicionários – 127 homens bem armados, 90 bois de carga, 50 burros, 6 cavalos e mais 20 bois para corte. Os principais expedicionários eram, além de Rondon, os segundos-tenentes Nicolau Bueno Horta Barbosa, Emanuel Silvestre Amarante, João Salustiano Lira e tenente médico Manoel de Andrade, tenentes Carlos Carmo de Oliveira Melo e Américo Vespúcio Pinto da Rocha, o farmacêutico Benedito Canavarros, o fotógrafo Luiz Leduc, um inspetor e dois guarda-fios, 30 tropeiros e 82 praças do exército que seriam homens comandados pelo segundo-tenente Joaquim Ferreira da Silva que tinham como missão, além do apoio que ofereciam aos demais expedicionários, pacificarem os ferozes Nhambiquaras para a facilitação dos trabalhos de implantação da linha telegráfica. Eles defendiam sua morada, não deram descanso aos expedicionários que se viam também com extravio dos animais, seja por adoecerem ou mesmo fugirem. Alguns ‘soldados de espírito fraco’, como os denominou Rondon, chegaram a desertar, apavorados com o desconhecido. (NEWSRONDÔNIA, 2015, s/p).

Nessa empreitada, a expedição foi recebida com resistência, ocasião em que foi morto o Tenente Marques de Souza e feridos gravemente os Tenentes Nicolau Bueno Horta Barbosa e Tito Barros (MENDES, 2008).

O Tenente Nicolau escreveu *Exploração e Levantamento dos Rios Amari e Machadinho*, em 1945, uma colaboração de seus trabalhos junto à Comissão Rondon.

Ramiro Noronha nasceu em Minas Gerais, aos 31 de dezembro de 1885, e ingressou, aos 17 anos, no curso preparatório junto à Escola Militar de Porto Alegre e diplomando-se pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Incorporou-se ainda muito jovem aos trabalhos de abertura dos Postos Indígenas, a convite de Rondon, que se situavam no território dos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, cujos espaços geográficos constituíam o grande Mato Grosso uno. Essa atividade, extremamente trabalhosa e que exigiu muita disciplina e habilidade, foi desenvolvida entre 1920 e 1940. Nessa ocasião, Ramiro Noronha conheceu e palmilhou um vasto território, incluindo o reconhecimento dos rios Paraguai, São Lourenço, Paranatinga e Culuene; conheceu e manteve relações com diversos grupos indígenas, moradores ancestrais daquelas terras, os quais aderiram e se incorporaram aos trabalhos da Comissão Rondon, a exemplo dos Bacairi e Camaiurá, junto aos Postos Simões Lopes; dos Barbado, Umutima e Caiabi-Apiacá, no Posto Fraternidade Indígena; e dos Bororo, responsáveis pela manutenção do Postos Indígenas General Carneiro, Rio Vermelho e Córrego Grande¹.

Em cada Posto Indígena foram desenvolvidos trabalhos de abertura de estradas, construção de pontes e de edifícios, para acolher a administração, as residências do pessoal de apoio; e também oficinas, escolas e enfermarias. Esse conjunto de esforços propiciou o reconhecimento da parte interiorana do Brasil e seus habitantes, apresentando-se enquanto campo fértil de aprendizado, haja vista a imbricação entre o saber nativo e o saber técnico-científico da Comissão Rondon, um movimento de mão dupla.

No interior da Comissão Rondon, Ramiro Noronha atuou junto ao Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, prestando relevantes serviços. Fez editar *Exploração e levantamento do rio Culuene, principal formador do Xingu: reconhecimento de*

1 Além dos trabalhos junto à Comissão Rondon, Ramiro Noronha foi convidado, pelo presidente Getúlio Vargas, para governar o território de Ponta Porã, no ano de 1934, tendo sido diretor de Material Bélico do Exército Brasileiro e também da Fábrica de Pólvora de Juiz de Fora-MG.

verificação ao divisor Arinos-Paranatinga, escrito em 1920 e publicado no ano de 1952.

Ramiro Noronha, que participou diretamente desse trabalho, visto ter sido o grande líder e companheiro de Rondon na fixação dos Postos Indígenas ao longo do extenso território do então Mato Grosso indiviso,

Veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1955, tendo, ao longo de suas atividades como militar e grande responsável pelos trabalhos do SPITN, acumulado um precioso acervo documental e bibliográfico que permaneceu, por décadas, intocado, até que, na primeira década do ano de 2000, a família resolveu depositá-lo no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, instituição que abriga as duas mais antigas e atuantes reservas culturais de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico – instalado em 1919 – e a Academia Mato-grossense de Letras – criada em 1921.

O acervo Ramiro Noronha, raro e precioso, reconstitui, através de fotografias, manuscritos, jornais e material impresso, o conjunto dos trabalhos desenvolvidos na abertura dos Postos Indígenas, que eram o carro-chefe das proposituras do SPITN. Mergulhar nesse acervo faz com que o pesquisador vivencie momentos determinantes da missão rondoniana, seja na formação de novos núcleos de povoamento, ou pela integração das populações indígenas aos trabalhos da Comissão e, conseqüentemente, à nacionalidade brasileira.

O conjunto documental reunido por Ramiro Noronha é composto de 21 *Cadernetas de Campo*, através das quais se consegue reconstituir o cotidiano dos trabalhos dos Postos; de uma série de *correspondências* trocadas pelo titular com autoridades ligadas ao SPITN, entre 1926 e 1955; uma coleção de *periódicos nacionais e estrangeiros* que registraram as ações rondonianas em suas diversas atividades; um *álbum fotográfico*, composto de 517 imagens, muitas delas inéditas, relativas aos trabalhos do SPI, acompanhadas de explicações manuscritas de autoria de Ramiro Noronha; e ainda 49 *imagens avulsas* sobre a mesma temática; além de 42 *mapas e plantas* relativas exclusivamente às projeções e edificações dos Postos Indígenas abertos entre 1920 e 1950.

Hoje, todo conjunto documental se encontra catalogado, sendo que o catálogo pode ser acessado no sítio: <[www//casabarao.com.br](http://www/casabarao.com.br)> (acervos privados).

ASTRÔNOMOS DA COMISSÃO RONDON

Renato Barbosa Rodrigues Pereira nasceu no dia 9 de agosto de 1875, na cidade de Conselheiro Lafaiete-MG, descendendo de Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira e de Esther de Carvalho Cotrim.

Seus trabalhos astronômicos, efetivados junto à Comissão Rondon, demonstram o esforço de aperfeiçoamento nessa área, visto ter auxiliado Cândido Mariano da Silva Rondon na elaboração do primeiro mapa republicano definidor das fronteiras da República brasileira. Já na década de 1940, Renato discorreu, junto ao IX Congresso de Geografia, sobre as *Demarcações da Linha Geodésica Apaporis-Tabatinga*; mais tarde, foi o responsável por delimitar o Centro Geodésico da América do Sul, localizado em Cuiabá, capital mato-grossense.

Os trabalhos da Comissão Rondon – que incluíam estudos e investigações científicas sobre os recursos hídricos, a fauna, a flora e os recursos minerais da região de Mato Grosso e Amazônia, incluindo o atual estado de Rondônia, que pertenceu a Mato Grosso – foram fundamentais para auxiliar os trabalhos demarcatórios da fronteira geopolítica, assim como os trabalhos de cartografia.

Nesse contexto, a Comissão Rondon, embora não tratasse diretamente de definições fronteiriças, foi responsável pela divulgação de um acervo sobre esse território a ser incorporado, conhecido e divulgado (GENI PROFILE, 2016).

Ele apresentou a Rondon um *Relatório do encarregado do Posto Astronômico de Cuyabá*, no ano de 1909.

Renato Barbosa Rodrigues Pereira faleceu aos 6 de março de 1963, na antiga capital do Brasil, Rio de Janeiro.

CONFERENCISTAS DA COMISSÃO RONDON

Amílcar Armando Botelho de Magalhães nasceu no interior do Rio de Janeiro, no ano de 1880, descendendo do General Marciano Augusto Botelho de Magalhães. Contraiu matrimônio com Clementina Botelho de Magalhães, com que teve três filhos. Como sobrinho do líder republicano Benjamin Constant, ingressou no Exército e participou de expedições comandadas pelo General Cândido Rondon. Procurando dar publicidade aos trabalhos rondonianos, publicou na imprensa diversos artigos sobre o tema, reunidos em um livro publicado no ano de 1928. A cada publicação, eram acrescentados ao original novos escritos sobre as explorações do território brasileiro, com descrições de rios dos atuais estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, notícias

sobre zonas auríferas, águas termais, fotografia e cinema no sertão, e notas antropométricas sobre os indígenas. Dizia ele textualmente:

Para mim, este heroísmo é bem mais nobre e bem mais difícil; demanda muito mais energia e tenacidade do que o heroísmo do momento, de duração efêmera, como o que requer o ataque de uma trincheira inimiga: a primeira é uma temeridade refletida; a segunda, uma temeridade que se incendeia como a pólvora negra, ao calor repentino do entusiasmo contagioso das massas, que arrastam o homem às maiores loucuras. Lá é o comandante que fascina a massa com o seu entusiasmo viril; aqui a massa que eletriza o comandante, envolvendo-o na onda magnética dos hurras comunicativos... (MAGALHÃES, 1942, citado por SILVA, 2014).

Segundo Caser (2009, p. 37):

Amílcar Armando Botelho de Magalhães, oficial que foi o braço direito de Rondon, chefiava o escritório e promovia incansavelmente a Comissão. Isso ele fazia enviando artigos aos jornais da cidade e remetendo cartas a editores, toda vez que a Comissão recebia a menor menção negativa na imprensa. Procurava autoridades, especialmente para solicitar aumentos no orçamento da Comissão. Organizava exposições, fazia e agendava conferências sobre as atividades do pessoal de Rondon. Graças, em grande medida, aos esforços de Botelho de Magalhães, quem fosse instruído e vivesse em uma cidade brasileira importante provavelmente estaria totalmente a par do que rondon andava fazendo no sertão.

Deixou escritas e publicadas as seguintes obras: *Relatório apresentado ao chefe da comissão brasileira, Cel. de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*, em 1916; *Memorial dedicado ao Governo da República e aos Srs. Membros do Congresso Nacional*, em 1919; *pelos sertões do Brasil*, 1941. (Coleção brasileira, 195); *Rondon: uma relíquia da pátria*, em 1942; *impressões da Comissão Rondon*, em 1942. (Coleção brasileira, série 5ª, v. 211); E a obra *ciclópica do general rondon*, Em 1956.

Faleceu em Porto Alegre, aos 20 de novembro de 1894.

HOMENAGENS

Os trabalhos e publicações científicas da Comissão Rondon sempre foram muito bem-vistos pelos brasileiros, uma vez que estampavam temas relativos aos territórios pouco conhecidos. As homenagens prestadas à Comissão, ou dela para com seus colaboradores, demonstraram sentimentos de gratidão. Destacamos as seguintes publicações: *O desastre do Sepotuba (homenagem pelo falecimento do Primeiro-Tenente João Salustiano Lyra e do Segundo-Tenente Eduardo de Abreu Botelho)*. Rio de Janeiro: [s.n.], [19--]; Centenário da Comissão Rondon (1907-2007). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, n. 67, 2007; e *Conferência proferida pelo Prof. Nelson Senna (da Universidade de Minas) a convite do Ex^m Sr. General Rondon*. Rio de Janeiro: [s.n.], 30 abr. 1946.

FOTÓGRAFO E CINEASTA DA COMISSÃO RONDON

Luiz Thomaz Reis, baiano de nascimento, migrou para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar, ali fazendo carreira. Foi um dos responsáveis pelos registros visuais dos trabalhos da Comissão Rondon.

Cândido Mariano da Silva Rondon, frente às dificuldades de registrar imagetivamente os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, criou, em 1912, a *Secção de Cinematographia e Photographia*, sob a responsabilidade do então Tenente Thomaz Luiz Reis, que viajou para a Europa a fim de adquirir equipamentos modernos, capazes de registrar os trabalhos nos lugares improváveis, como a selva Amazônica, onde a umidade era intensa. No Velho Continente, ele adquiriu duas câmeras cinematográficas, a Williamson, de 30 metros, e outra Debrie Studio, de 120 metros, dando início às filmagens em 1914. Segundo Tacca (1982, p. 2), “Reis não será o único fotógrafo das diversas expedições; podemos citar pelo menos alguns, como José Loro, Dr. Benjamin Rondon e Cel. Joaquim Rondon, Charlotte Rosenbaum e o Exp. Carlos Lako”.

As fotografias e os filmes eram apresentados em estúdios fechados para um público específico, ou mesmo apresentados para um número significativo da população, projetados em salas maiores de cinema. A intenção era, certamente, colocar o governo e a população a par dos trabalhos da Comissão. Segundo Catelli (2013, *apud* DIACON. 2006, p. 188):

A imprensa especializada em cinema da época costumava fazer críticas aos filmes da Comissão Rondon pelas imagens que apresentavam do Brasil: natureza, selvagens, animais. Entretanto, quando os filmes do Major Reis eram exibidos no Rio de Janeiro, ‘o público acotovelava-se para entrar nas salas de exibição. O documentário esteve em cartaz em cerca de oito cinemas por vários dias e foi visto por até 20 mil pessoas’.

As fotografias mais significativas dizem respeito aos relatórios etnográficos, consubstanciados em álbuns assinados por Rondon, que trataram das populações habitantes de três grandes espaços territoriais: no volume I (1946), apresentava as populações indígenas do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso; no volume II (1953), os índios das cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque; e, no volume III (1953), figuravam os grupos indígenas do norte do rio Amazonas. Ricamente ilustrados, esses álbuns eram presenteados às autoridades governamentais do Brasil e do exterior.

As dificuldades para fotografar, revelar e armazenar imagens eram grandes:

Depois de seis meses de serviço, sob minha observação pessoal, pois que era a primeira vez que fazia isso no sertão, tendo por felicidade estudado a ‘emulsão’ e o tempo de sua eficiência em zonas quentes e húmidas, o que me levou a preparar aparelhos de madeira especiaes para revelar os filmes no local, foi então obtido com vantagem o filme conhecido por ‘Sertões do Mato-Grosso’, exibido em 1915 no Rio de Janeiro e, depois, em todo o Brasil. (MAGALHÃES, 1930, *apud* TACCA, 1982, p. 4).

Os filmes produzidos foram muitos, porém somente devidamente preservados e disponíveis à consulta os seguintes: *Rondonia* (1912), de Edgar Roquete Pinto, 13’; *Rituaes e festas Bororo* (1917), de Thomaz Reis, 20’; *Ronuro, selvas do Xingu* (1924), de Thomaz Reis, 15’; *Viagem ao Roraimã* (1927), de Thomaz Reis, 10’; *Parimã, fronteiras do Brasil* (1927), de Thomaz Reis, 24’; *Inspectorias de fronteiras* (1938), de Thomaz Reis, 80’ (TACCA, 1982).

Analisando o conjunto dos filmes e fotografias, sob um olhar semiótico, Tacca (1982, p. 22) finaliza convergindo dois olhares, o de Thomas Reis e o de Rondon:

A caixa preta 7 de Rondon e Reis

Luiz Thomaz Reis morreu filmando em dezembro de 1940, no Rio de Janeiro, devido aos ferimentos ocasionados pelo desa-

bamento de um antigo quartel. Torna-se importante destacar a atuação do Major Luiz Thomaz Reis em toda a imágética rondoniana. Reis é a peça principal ou olhar onipresente em quase todas as situações. Além de operar o equipamento, processava os negativos, depois editava os filmes e, nos livros, seus fotogramas serão intensamente reproduzidos tornando-se o corpo principal, sem contar suas próprias fotografias.

Reis fazia todo o processamento técnico de manutenção dos equipamentos para deixá-los operantes em situações de alta umidade. Quanto à fotografia, Reis fazia o processamento das chapas de vidro em plena mata. As dificuldades de execução de seus produtos fotossensíveis valorizam os empreendimentos e a coleção edificou uma conjunção única de sensibilidade etnográfica, cinematográfica e fotográfica. Reis é o olhar que elege, recorta, edita a ação e sempre com uma ‘câmera na mão’; Rondon é um segundo olhar, compreensivo e incentivador; olhares irmanados.

Reis escreveu sobre suas atividades de filmagem e fotografia desenvolvidas junto à Comissão Rondon. A obra *Expedição ao rio Ronuro*, do Capitão Vicente Teixeira da Fonseca Vasconcelos, contém o anexo *sobre serviços fotográficos e cinematográficos e serviço antropométrico*, do Capitão Luiz Thomaz Reis, publicado no ano de 1945.

Um álbum fotográfico, ainda inédito, integra o acervo Ramiro Noronha, depositado no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, em Cuiabá, contendo 517 fotografias com imagens de extrema significação para os trabalhos da Comissão Rondon, especialmente do SPITN, onde Ramiro atuou de forma intensa.

Estudiosos do tema, Lucídio e Lima Júnior (2007, p. 60-61) fizeram um levantamento dos fotógrafos que integraram a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, destacando que, entre 1900 e 1906, participaram desses iniciais trabalhos:

11 engenheiros militares, seis funcionários civis, um fotógrafo, de nome Hugo Figueiró, e 100 praças [...] As 48 fotografias ali publicadas retratam, basicamente, quatro momentos: o início dos trabalhos, que contou com a participação de parte dos Bororo do rio São Lourenço (1901/02); a abertura do ramal Aquidauana a Bela Vista (1903 a 1906); o reconhecimento da fronteira com o Paraguai, Campos da Vacaria e vale do alto Aquidauana (1905); e o ramal São Luiz de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela-1907).

Os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, entre 1907 e 1915, considerando o avanço para a porção norte do Brasil, foram divididos em três Seções:

[...] uma deveria cuidar da construção do ramal de São Luiz de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela) e foi comandado pelo Major Felix Fleury de S. Amorim; a segunda seção cuidaria dos trabalhos de execução da linha tronco Cuiabá – Santo Antonio do Madeira, por sua vez foi subdividida em seção Norte e Sul; o próprio Major Rondon cuidou daquela tarefa que era considerada a parte mais arriscada, ou seja, o reconhecimento do sertão através do qual se determinou o traçado da linha tronco. (LUCÍDIO; LIMA JÚNIOR, 2007, p. 62).

Nessa medida, prosseguem os mesmos autores:

O fotógrafo que tem o maior número de fotos creditadas nesse período é Luiz Leduc. Ele acompanhou Rondon no reconhecimento do ramal de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela) e na exploração dos rios Guaporé, Jauru, Sepotuba e Paraguai, em 1907. Integrou as expedições ao Juruena, também em 1907, e depois em 1908; de 1909, as fotos são referentes aos trabalhos de reconhecimento até a foz do rio Jamari. Leduc é ainda o autor de várias fotografias dos serviços, dos acampamentos e das Estações Telegráficas da Seção Sul da Linha Tronco. (LUCÍDIO; LIMA JÚNIOR, 2007, p. 62).

Conhecer e reconhecer o trabalho dos cientistas brasileiros que integraram a Comissão Rondon é de fundamental importância para a construção da identidade brasileira, moldada com olhar exógeno, durante o período colonial e imperial, cujos parâmetros, desfocados da realidade brasileira, tornava-nos, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda (1982, p. 3), “A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas a sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra”.

Os trabalhos da Comissão Rondon, perseguindo o tom republicano, procurou, com seus trabalhos científicos, conhecer de vez o Brasil, dando-lhe identidade plural, visto que deu visibilidade aos diversos segmentos sociais, até então silenciados.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Luiz Bueno Horta Barbosa. *O problema indígena do Brasil*: conferência realizada no Atheneu de Montevidéo, a 1º de abril de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- CALAZANS, Armando. *Secção de Cáceres a Matto-Grosso*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1908.
- CANTANHEDE, Antonio de J. *Achegas para história de Porto Velho*. Manaus: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus. 1950.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais.
- CASER, Arthur Torres. *O medo do sertão*. Doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.
- _____; SÁ, Dominichi Miranda de. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222010000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 dez. 2015.
- CATELLI, Rosana Elisa. Roquette-Pinto e a comunicação: registro, visualização e internalização da cultura. *Revista Brasileira de História da Mídia – RBHM*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed03/artigos/05.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz et al. A Companhia Matte Laranjeira e o SPI: a expropriação dos recursos naturais dos Guarani e Kaiowá com a anuência do Estado. In: CONGRESSO
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG – História e Diversidade Cultural, 3., 2012. Jataí-SP. *Anais...* Jataí: Curso de História, 2012.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Depoimento de Afrânio do*

Amaral. Entrevistadores: Maria Clara Mariani; Tjerk Franken. São Paulo, 25 abr. 1977. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista420.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

LUCÍDIO, João Antonio Botelho; LIMA JÚNIOR, Luiz Gustavo de Souza. Rondon, a imagem como aliada (1890-1940). *Revista do IHGMT*, Cuiabá, n. 65, p. 58-67, 1906.

MACHADO, Getúlio Tanajura. *Dr. Joaquim Augusto Tanajura*. Disponível em: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2016. (Texto de 2011.)

MATIAS, Francisco. *Porto Velho-Amazonas, o cemitério e a História*. v. 2. Disponível em: <<http://www.gentedeopinio.com.br/noticia/porto-velho-amazonas-o-cemiterio-e-a-historia-2/114817>>. Acesso em: 10 jan. 2016. (Texto de 03.08.2013.)

MENDES, Matias. Comissão Rondon: o General e seus Tenentes. *Gente de Opinião*, Rondônia, p. 17-18, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.gentedeopinio.com.br/noticia/comissao-rondon-o-general-e-seus-tenentes/29663>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

NEWSRONDÔNIA. *Centenário das linhas telegráficas em Rondônia*, 7 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://newsrondonia.com.br/noticias/centenario+d+as+linhas+telegraficas+em+rondonia/52495>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

NOMURA, Hitoshi. Centenário da fundação da Comissão Rondon (1907-2007) – personagens, descobertas e produção bibliográfica. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://simoelopes.blogspot.com.br/2009/07/f1-n27-joao-salustiano-lyra-1878-1917.html>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

REVISTA ISTOÉ INDEPENDENTE. *O brasileiro do século*. Brasília, n. 1.577, 22 dez. 1999. Disponível em:

<http://www.istoec.com.br/reportagens/27752_O+BRASILEIRO+DO+SECULO+>. Acesso em: 3 dez. 2015. (Colaboração de Ines Garçon, Daniel Rittner e Eduardo Hollanda.)

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; MACHADO, Fernanda Quixabeira. ÁVILA, Luciwaldo Pires de. *O Brasil pelos Brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon*. Cuiabá: Carline & Caniato, 2016.

TACCA, Fernando. *A imagética da Comissão Rondon: etnografias estratégicas*. [s.l.:s.n.], 1982. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4599&Itemid=356>. Acesso 12 jan. 2016.

VITAL, André Vasques. A Comissão Rondon, doenças e política: ‘Região do Madeira: Santo Antônio’, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra do Alto Madeira em 1911. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000200013>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.